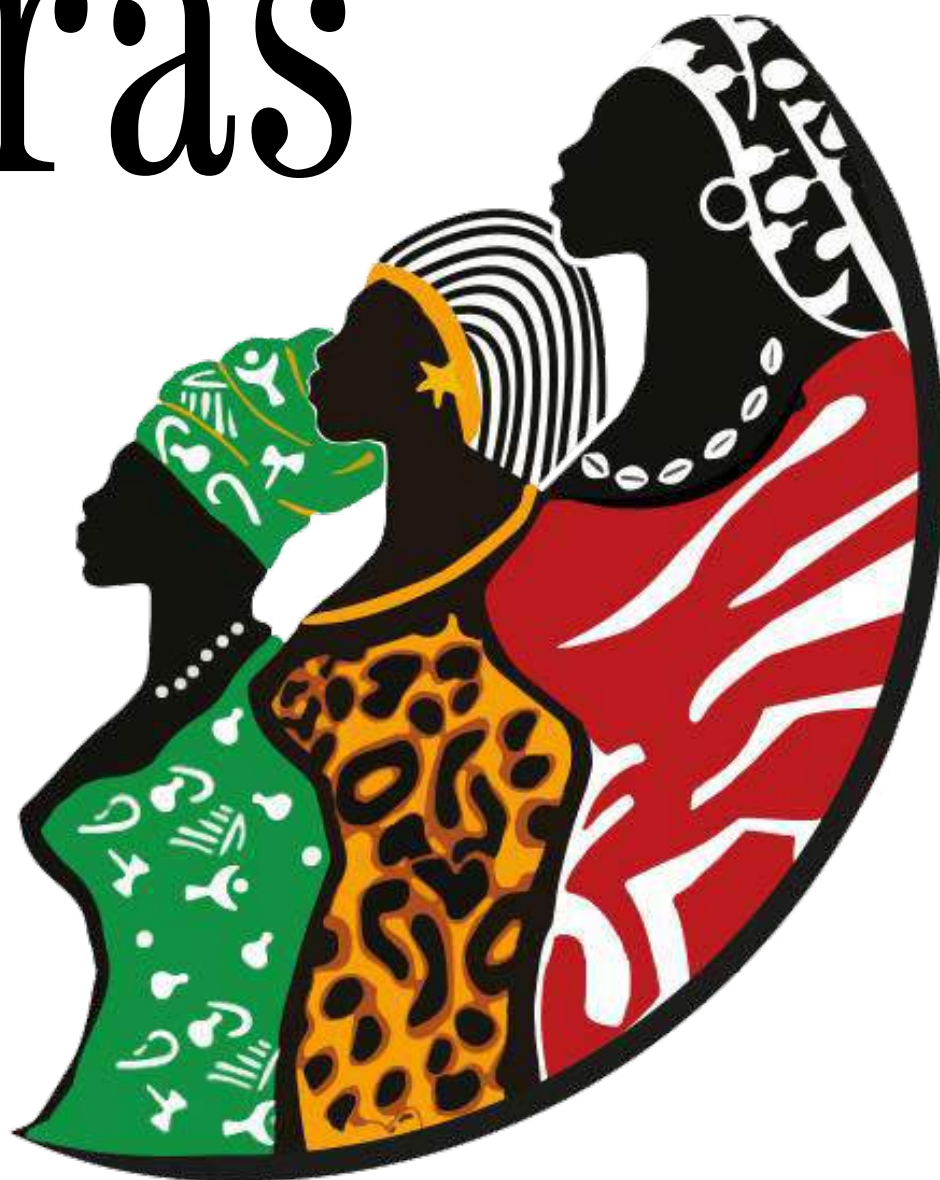


MARCHA DAS MULHERES NEGRAS



REALIZAÇÃO



APOIO



FORDFOUNDATION

MARCHA DAS
mulheres
negras



A repercussão local, nacional e mundial da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver, realizada no dia 18 de novembro de 2015, foi resultado dos esforços coletivos das milhões de mulheres negras que, durante três anos e em lugares diferentes do País e do mundo, acreditaram na construção de um momento político que revelaria e visibilizaria a luta, a resistência, as denúncias, as angústias e as vozes das 50 milhões de mulheres negras brasileiras.

A estratégia de comunicação e mobilização construída e inaugurada na Marcha marcou uma forma de fazer comunicação e mobilização. Uma forma de mobilizar e comunicar sustentada nos ensinamentos antigos do “correio nagô” e do boca a boca, da proximidade de lugares das mulheres negras, como também, da utilização inovadora das ferramentas de comunicação que, ao se juntar aos discursos e bandeiras políticas levantadas pela Marcha, produziu incidência em diferentes esferas.

Ao longo de três anos foram realizadas agendas, debates, rodas de diálogo, samba, bingo, passeata, seminários, exposições, oficinas, sarau de poesia, audiências públicas entre outras ações que tornou a Marcha presente nos quatro cantos do País. Foram milhares de vozes negras que invocaram o sentido de viver africano orientado pelas nossas ancestrais, que nos ensinaram e ensinam que “Nossos Passos Vêm de Longe” e, que quando “Uma Sobe Puxa a Outra”.

Foi incrível ver, ao longo de três anos, cada estado, município, comunidade e coletivo com suas cores, bandeiras, abanos, faixas, camisas, banner, pirulito, programas de rádios, cartas abertas, spots de rádio, vídeos, entrevistas, fanzines, boletins e fotografias circulando nos estados preservando, em cada uma das peças, as características locais, identidade e subjetividades que nos tornam diferentes na história, no fazer e construir política e no ser mulher negra em cada região do País. Fomos todas comunicadoras, blogueiras, protagonistas e donas da nossa própria história. A Marcha é parte dessa história.

Por isso, é com imensa alegria que a Articulação de Organizações de Mulheres Negras – AMNB lança o E- book

Marcha das Mulheres Negras com a história e memória fotográfica do processo de construção, mobilização, divulgação e realização da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver nas cinco regiões do Brasil.

A Marcha foi um Marco para o movimento de mulheres negras brasileiras, um divisor de águas na vida das mulheres negras, o mais importante movimento político no Estado brasileiro no ano de 2015. Para a AMNB, construir este processo foi de extrema importância para garantir o fortalecimento político da luta das mulheres negras no País. Neste processo, a AMNB e suas afiliadas e entidades parceiras estiveram presentes e construindo a Marcha em todos os estados brasileiros. Algo que pareceria pequeno no início, “Uma Sobe, e Puxa a Outra”, se tornou: “Estamos por nossa própria Conta”, com a “força de nossas ancestrais” e o “Protagonismo é nosso”.

A ocupação das ruas de Brasília – DF por mais de 50 mil mulheres negras significou denunciar o racismo, o genocídio da população negra, romper com os estereótipos de não ser padrão de beleza, denunciar a exclusão, a pobreza, o feminicídio, a violência, significou romper com as cortinas do passado, com o ranço da escravidão, ainda presentes no cotidiano das mulheres negras, independente da posição social que ocupem na sociedade brasileira.

No dia 18 de novembro de 2015, mulheres negras “aquilombaram” Brasília também para dizer que nós, mulheres negras e povo negro, queremos construir um novo modelo civilizatório para o País, centrado no bem viver e no rompimento com o racismo e todas as formas de discriminação que alijam e matam homens e mulheres negras.

Este E-book é apenas o primeiro de muitos outros que virão a partir da I Primeira Marcha de Mulheres Negras do Mundo.

ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES
DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS

The local, national and global impact of the March of Black Women against Racism, Violence and For Well-being, held on November 18th, 2015, was the result of the collective efforts of the millions of Black women who for, three years and in different places around Brazil and the world, believed in building a political moment that would reveal and publicize the struggle, resistance, denouncement, anguish and voices of the 50 million Brazilian Black women.

The communication and mobilization strategies they built and inaugurated in the March established a new way of communicating and mobilizing. A means of communication and mobilization that is based in the ancient teachings of the 'Nago mail' and word of mouth, the physical proximity of Black women, as well as the innovative use of communication tools that, by combining the discourses and political flags raised by the March, reverberated through different spheres.

Over three years agendas, debates, discussion rounds, samba encounters, bingos, demonstrations, seminars, exhibitions, workshops, poetry soirees, public hearings and other actions were carried out that made this March present in the four corners of Brazil. There were thousands of Black voices invoking the African meaning of life guided by our female ancestors who taught us and teach us that **'Our Steps Come from Far'** and that when **'One goes up and she pulls the next one up'**.

It was amazing to see, over three years, each state, county, community and collective with their colors, flags, fans, posters, shirts, banners, lollipop signs, radio programs, open letters, radio spots, videos, interviews, fanzines, newsletters and photographs circulating throughout the Brazilian states, each of these pieces preserving the local characteristics, identities and subjectivities that make us different in history, in doing politics and establishing policies and being Black women in every region of Brazil. Every one of us has been a communicator, a blogger, a protagonist and a master of our own history. The March is part of this history.

Accordingly, it is with great joy that the Articulation of Brazilian Black Women's Organizations (AMNB)

launches the E-book *Marcha das Mulheres Negras* with the photographic memory and history of the building, mobilization, dissemination and implementation process for the March of Black Women against Racism, Violence and For Well-being in the five geopolitical regions of Brazil.

The March was a milestone for the movement of Brazilian Black women, a watershed in the lives of Black women, the most important political movement in the Brazilian State in 2015. For AMNB, going through this process was extremely important to ensure the political strengthening of the struggle of Black women in Brazil. Throughout this process, AMNB and its affiliates and partner organizations were present, building the March in all Brazilian states. Something that seemed small at first, 'One goes up and she pulls the next one up', became: 'We're on our own', with the 'strength of our ancestors' and 'we are the protagonists'.

The occupation of the streets of Brasília (DF) by more than 50,000 Black women meant denouncing racism, the genocide of the Black population, the break with stereotypes of not fitting in beauty standards, denouncing exclusion, poverty, feminicide, and violence; it meant breaking with the blinds of the past, with the remnants of slavery still present in the daily lives of Black women regardless of their social position in the Brazilian society.

On November 18th, 2015, Black women made Brasília into a '*quilombo*' (a runaway slave settlement) also to declare that we, Black women and Black nation, want to build a new civilizational model for Brazil, focused on living well and breaking with racism and all forms of discrimination that segregate and kill Black men and women.

This E-book is just the first of many more to result from the First March of Black Women in the world.

ARTICULATION OF BRAZILIAN
BLACK WOMEN'S ORGANIZATIONS



Esta foi uma marcha da superação e afirmação da capacidade das mulheres negras que nunca foram inferiores a qualquer outra raça, eu com os meus 83 anos sempre na luta por nossos direitos, reconhecimento e contra a violência, racismo e intolerância que impera neste país ainda consegui ver e estar junto com mulheres mais jovens protagonizando a nossa luta.

This was a March of resilience and affirmation of the capacity of Black women who were never inferior to any other race. I, at 83 years of age, always in the struggle for our rights, recognition and against the violence, racism and intolerance that reign supreme in this country, I could see and be with younger women as a protagonist in our struggle.

SEBASTIANA DE OXÓSSI

Quilombo Carrapatos da Tabatinga, MG

Quilombo Carrapatos da Tabatinga, Minas Gerais State



Para além da crueldade nos pelourinhos, chicotadas e outros tipos de tortura durante os séculos de escravidão, possivelmente mais que outros europeus, os ibéricos, sobretudo os portugueses e os euro-brasileiros que os sucederam como classe dominante branca no Brasil, foram (e têm sido) muito competentes em estimular a população negra a introjetar ideologias que, de alguma forma, contribuem para sua subalternização. Assim, apesar dos protestos das organizações negras, continuam a ser difundidas, inclusive através de Escolas, Igrejas e Meios de Comunicação – explícita ou implicitamente –, as ideologias da *inferioridade racial*, da *democracia racial*, do *embranquecimento* – atingem também os indígenas – e, ainda, a “clássica” *superioridade masculina*.

Isso **naturaliza** então, o fato de que enquanto filhos de muitas famílias brancas assistem aulas de reforço escolar, de inglês, de Kumon etc., enquanto os das milhares de famílias negras estão vendendo sacolés, paçoca, servindo de babás, vigiando carros, capinando roça etc., ou seja, acumulando desvantagens desde tenra idade. Por outro lado, além da continuidade do extermínio físico, o “embranquecimento” (como política explicitada ou não), ao estimular um branqueamento da população (via *casamentos* principalmente de homens negros com mulheres brancas), tem provocado um genocídio fenotípico lento e silencioso da população negra. Assim, a internalização dessas ideologias e a concentração da população negra na camada de mais baixa renda da pirâmide econômica, têm resultado, entre outras coisas, num rebaixamento da autoestima coletiva em grande parte do segmento negro.

Sob a perspectiva feminina, é fato que as mulheres negras têm carregado a maior parte do peso provocado pelo racismo, não só por questões ligadas à procriação e transmissão de valores afro-herdados, mas também porque sentem mais agudamente as dores advindas do mesmo, desde as das discriminações abertas até à percepção dos sutis olhares e risinhos trocados por brancos e brancas racistas, forçando-as a enfrentar conflitos interiores adicionais que criam “calos psíquicos” ou “queló-

ides na alma”. Conviver, então, com rejeições de vários tipos e níveis, inclusive no *âmbito familiar*, tem sido a tônica em nosso viver, quer na condição de mãe, irmã, esposa ou outro grau de parentesco, até porque somos as principais responsáveis pelo zelo familiar, mesmo que em condições precárias – inclui múltiplas jornadas de trabalho, remédios caseiros, visitas a presídios etc. Assim, a maioria das mulheres negras enfrenta bravamente a pobreza, o racismo de mulheres e homens brancos e o machismo dos homens brancos e, infelizmente, também, dos homens negros.

É verdade que herdamos e transmitimos a sabedoria de alguns povos africanos que entendem o positivo, sempre superando o negativo, e a alegria vencendo a tristeza; entretanto, constata-se que a sinergia resultante da pobreza-racismo-machismo (e lesbofobia, em muitos casos) nos leva, quase que sem tréguas, a um viver doloroso, pois muitas de nós acabam “engolindo caladas” muitas humilhações em casas “de família” e enfrentando obstáculos quase que intransponíveis para acesso a muitos setores da sociedade: desde empregos em lojas de shoppings, companhias aéreas e transnacionais a ingresso no oficialato das forças armadas, no parlamento, no sistema judiciário, nas universidades e outros espaços, que os brancos têm, praticamente, reservado para eles próprios.

Em tese, cabe ao Estado trabalhar pela harmonia de uma nação, o que inclui, neste caso, promover ações que garantam equidade sócio-racial e de gênero; entretanto, como, na prática, ele beneficia basicamente os homens da classe dominante branca, os movimentos sociais buscam, através da aprovação de políticas públicas, forçar a eliminação das desigualdades, o que cria uma tensão entre Estado de Direito e Estado Social. É fato que houve algum avanço com a inclusão de uns poucos dispositivos na Constituição Federal (criminalização do racismo, titulação de terras quilombolas etc.) e aprovação de Políticas de Ações Afirmativas, como: cotas para a população negra em universidades, em concursos públicos e inclusão da História e Cultura Afro-brasileira nos currículos. Todavia, mesmo que haja algum suporte derivado de acor-

dos em Conferências Internacionais (Durban, 2001, por exemplo), são avanços tênues diante da gravidade da situação, até porque alguns estão sujeitos a retrocesso e continuam fortíssimos os efeitos do racismo institucional (principalmente a sub-representação da população negra, em posição de mando, em órgãos do Estado), do racismo ambiental (população negra continua sendo empurrada para os lugares mais insalubres) e do racismo religioso (desrespeito às religiões de matrizes africanas), para destacar só esses tipos.

Ora, num país de maior população negra fora da África (mais de 100 milhões) é espantoso, pois, que a desigualdade racial prossiga nessa magnitude, talvez por ser mitigada pelo tal “racismo cordial” que induz a um “enfrentamento cordial” inaceitável, pois não há possibilidade de combater o racismo sem desagradar racistas. Portanto, sem deixar escapar a essência alegre herdada, devemos imprimir mais contundência à nossa luta, até para sinalizar a racistas de direita, de centro e de esquerda, que a discriminação racial não pode ser perenizada.

Ultra-resumidamente, foi com esse tipo de pensamento que, em conversas durante o Fórum Afro XXI, em Salvador-BA, em novembro de 2011, foi apresentada a proposta de realização da Marcha-2015; vinte anos após a Marcha Zumbi dos Palmares, *fugindo* tanto da Copa do Mundo de Futebol (2014) quanto das Olimpíadas no Rio de Janeiro (2016). Creio que o fato de estar, naquele momento, participando da coordenação da AMNB facilitou o acolhimento da proposta da **“Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver”**. Mesmo se sabendo que o racismo por si só já é uma **violência**, o termo foi incorporado para ressaltar a impunidade na matança de negros, sobretudo da juventude, pela *mão da polícia*; pelo sistema de saúde (assassinatos de mulheres negras vêm sendo praticados principalmente quando grávidas e idosas); e, ainda, porque o feminicídio tem atingido mais as negras. Já o **Bem Viver** foi incorporado para sinalizar que acreditamos na necessidade de mudança do chamado “modelo de desenvolvimento”, combatendo, portanto, a mercantilha-

ção-financeirização dos recursos naturais/bens comuns, o consumismo exacerbado, o lucro insano, o capitalismo neoliberal, enfim.

O desafio era passar da ideia à operacionalização; sabíamos que o processo de preparação seria tão ou mais importante que a própria Marcha, e logo definimos que, embora qualquer pessoa pudesse participar, o protagonismo teria de ser das mulheres negras. Acreditando que ninguém sai de um poço puxando-se pelos próprios cabelos, buscaram-se parcerias de várias ordens, na crença de que nem a dependência nem a independência absolutas, e sim a interdependência favorece a luta por equidade.

Foram cerca de quatro anos de trabalho duro com Comitê Impulsor em, praticamente, todos os Estados e Distrito Federal, desenvolvendo ações: reuniões, torneios esportivos, rodas de samba/de conversas, bingos, cartas, e-mails etc. A mobilização ficou mais adensada em 2015, quando dezenas de lideranças negras, usando suas sabedorias e canalizando as da ancestralidade, **entraram de cabeça** na mobilização, o que acabou por contagiar milhares de outras mulheres negras de todas as idades, profissões/ocupações, afiliações partidárias, seguidoras de diferentes religiões e em situações diversas. O esforço resultou em uma belíssima Marcha. Foi como se um pequeno olho d’água se transformasse em um belo, caudaloso e vigoroso rio. Mostrou, inclusive, que mulheres negras podem, sim, contar com a solidariedade de outras negras e emergirem como um sujeito político a ser respeitado. Milhares de nós foram *possuídas* por emoções nunca antes experimentadas. Com certeza, desde o início, nossas ancestrais estiveram ao nosso lado. Continuamos em Marcha.

NILMA BENTES

Apart from the cruelty in pillories, whippings and other forms of torture during the centuries of slavery, perhaps more than other Europeans, Iberians, especially the Portuguese and the Euro-Brazilians who succeeded them as the White ruling class in Brazil, were (and have been) very competent in encouraging the Black population to internalize ideologies that somehow contribute to their subservience. Thus, despite the protests of Black organizations, the ideologies of *racial inferiority*, of a *racial democracy*, of the *racial Whitening of the population* that also affect the indigenous population, and, moreover, 'classic' male superiority, are still being widely divulged— explicitly or implicitly — even in Schools, Churches and the Media.

Accordingly, this **naturalizes** the fact that while the children of many White families have reinforcement classes, English lessons, Kumon lessons, etc., those of the thousands of Black families are selling freezer pops, *paçoca* (a Brazilian candy made of roasted and crushed peanuts mixed with sugar and manioc flour), serving as nannies, watching cars, hoeing fields, etc., that is, collecting disadvantages from an early age. On the other hand, in addition to ongoing physical extermination, the 'Whitening' of the population (whether as an explicit policy or not), by encouraging a bleaching out of the population (via *marriages* mostly between Black men and White women), has caused a slow and silent phenotypical genocide of the Black population. Thus, the internalization of these ideologies and the concentration of the Black population in the lowest income layer of the economic pyramid have resulted, among other things, in a lowering of the collective self-esteem in much of the Black segment.

From the female perspective, it is a known fact that Black women have been carrying most of the burden imposed by racism, not only owing to issues related to procreation and transmission of African-inherited values, but also because they feel more acutely the pain arising from it, from overt discrimination to the perception of the subtle glances and giggles exchanged by White

men and women, forcing them to face additional inner conflicts that produce 'psychic calluses' or 'keloids in the soul'. Therefore, to live with several types and levels of rejection, including those within the *family environment*, has been the most striking aspect of our lives, whether as mothers, sisters, wives or in any other family relationship, if only because we carry the most responsibility for nurturing the family, even in precarious conditions — including working multiple shifts, dispensing homemade medicines, visiting prisons, etc. Thus, most Black women bravely face poverty, racism, from White women and men, and the machismo of White men and, unfortunately, also of Black men.

It is true that we have inherited and pass on the wisdom of a number of African peoples who understand the positive, always overcoming the negative, and joy overcoming sadness; however, it appears that the synergy resulting from poverty-racism-sexism (and lesbophobia, in many cases) leads us, almost without respite, to a painful life as many of us end up 'swallowing in silence' the many humiliations in the homes of 'good families', and facing almost insurmountable obstacles that prevent us from gaining access to many sectors of society: from jobs in stores in shopping centers, airlines and transnational companies to joining the officer corps of the armed forces, parliament, the judiciary, universities and other spaces that Whites, for all intents and purposes, have reserved for themselves.

In theory, it is the State's job to strive for harmony within a nation, which includes, in this case, promoting actions to ensure social-racial and gender equality; however, as in practice the State primarily favors men of the White ruling class, social movements seek to force the elimination of inequalities through the adoption of public policies, which creates a tension between the Rule of Law and the Social State. It is a fact that there has been some progress with the inclusion of a few items in the Federal Constitution (criminalization of racism, providing property deeds to *quilombola* lands, etc.) and approval of Affirmative Action Policies, such as quotas for the Black population

in universities, in public competitions for jobs, and the inclusion of Afro-Brazilian History and Culture in the curriculum. However, even if there is some support derived from agreements in International Conferences (Durban, 2001, for example), these are feeble advances when compared to the severity of the situation, if only because some are liable to suffer setbacks, and because the effects of institutional racism (in particular the sub-representation of the Black population in positions of authority in State bodies), environmental racism (the black population still being pushed out to the most insalubrious locations) and religious racism (disrespect for religions of African origin) — to highlight only a few — remain very strong.

Now, in a country with the largest black population outside of Africa (over 100 million) it is astonishing that racial inequality persists in this magnitude, perhaps because it is mitigated by so-called 'cordial racism', which leads to an unacceptable 'cordial confrontation', as there is no way of fighting racism without displeasing racists. Consequently, without leaving out the joyful essence we have inherited, we must impart more incisiveness to our struggle, in order to intimate to rightist, centrist and leftist racists that racial discrimination cannot be perpetuated.

Ultra-briefly, it was with this kind of thinking that, in conversations during the 21st African Forum in Salvador, Bahia, in November 2011, a proposal was presented to hold the 2015 March: twenty years after the Zumbi dos Palmares March, *avoiding* both the Football World Cup (2014) and the Olympics in Rio de Janeiro (2016). I believe that the fact that I was, at that time, a member AMNB's coordination helped the proposal for the **'March of Black Women against Racism, Violence and for Well-being'** to be accepted. Although knowing that racism is itself a **violent act**, the term has been incorporated to emphasize impunity for the killing of Blacks, especially young ones, in the hands of the police, in the health system (Black women have been killed mainly when pregnant or elderly), and also because feminicide has victimized Black women the most. **Well-being**, in turn, was incorporated to indicate that we believe in the need

to change the so-called 'development model', thereby fighting the commodification-monetarization of natural resources/common property, exacerbated consumerism, insane profits, neoliberal capitalism, in sum.

The challenge was to move from idea to implementation; we knew that the preparation process would be as important, or more so than the March itself, therefore we soon defined that while anyone could participate, the protagonist's role would have to be played by Black women. Believing that no one comes out of a well by pulling up their own hair, several partnerships of various kinds were sought in the belief that neither absolute dependence nor absolute independence, but interdependence favors the struggle for equality.

They were about four years of hard labor with the Impeller Committee in virtually all States and the Federal District of Brazil implementing actions: meetings, sports tournaments, samba circles, conversation rounds, bingos, letters, emails, etc. The mobilization became more intense in 2015, when dozens of Black leaders, using their knowledge and wisdom and channeling those of their ancestors, **plunged head first into** the mobilization, which eventually involved thousands of other Black women of all ages, professions/occupations, and political affiliations, members of different religions and in different situations. The effort resulted in a beautiful March. It was as if a small water spring had turned into a beautiful, mighty and powerful river. It also showed that Black women can, indeed, depend on the solidarity of other Black women and emerge as political subjects to be reckoned with. Thousands of us were *possessed* by never before experienced emotions. Certainly, from the beginning, our ancestors were on our side. We March on.

NILMA BENTES



Brasília,

18 DE NOVEMBRO DE 2015





Foto | Ana Carolina Fernandes

Não tem mais como você pensar o país desconsiderando
a população negra, que é a maioria da população.
Desconsiderando a mulher negra. Sem isso você não estaria
fazendo nada, não estaria pensando nada.
E a Marcha está dizendo isso.

*You can no longer think of Brazil while neglecting
the Black population, which is the majority of the population.
While you neglect the Black woman. If you did that you would
not be doing anything, you would not be thinking anything.
And the March is making this clear.*

LUIZA BAIROS

**Ex-Ministra da Promoção da Igualdade Racial (in memoriam)
Former Minister os Promoting Racial Equality (in memoriam)**







Com a mesma força com que lutou e resistiu Dandara, a companheira de Zumbi dos Palmares, a histórica Marcha das Mulheres Negras levou milhares de mulheres à capital do país. A manifestação pauta as demandas do movimento de mulheres negras para os próximos 20 anos e mostra que é preciso um novo pacto civilizatório. São as Dandaras de hoje.

With the same strength with which Dandara, Zumbi dos Palmares' companion, fought and resisted, the historic Black Women's March brought thousands of women to the country's capital. The event sets up an agenda for the demands of the Black women's movement for the next 20 years and shows that we need a new civilizing pact. We are the Dandaras of today.

MARIA CAROLINA TREVISAN

jornalista, professora e repórter, SP
journalist, teacher and reporter, São Paulo





Foto | Ana Carolina Fernandes





Ver este movimento, e prestar solidariedade é fundamental.
Eu vim com um grupo com mulheres que vieram da Jamaica, Kenia, Nova York...
Cada pequeno esforço faz toda a diferença. Eu vim para documentar
e registrar esse evento importante.

*To see this movement, and offer solidarity is crucial.
I came with a group of women who came from Jamaica, Kenya, New York...
Every little effort makes all the difference. I came to document
and register this important event.*

SABRINA SILMON
fotógrafa, Jamaica
photographer, Jamaica









Aos poucos estamos conseguindo a nossa fala e enfrentando a intolerância de todo tipo. Inclusive nos terreiros e nas comunidades quilombolas, onde ainda não conseguimos viver com dignidade.

Gradually we are recovering our voice and confronting intolerance of all kinds. Even in the terreiros and quilombola communities where we cannot yet live with dignity.

DONA AIDEÊ NASCIMENTO

candomblecista, do Quilombo Portão, município baiano.

practitioner of Candomblé (African Religion), Quilombo Portão, town in Bahia State









Foto | Adriana Medeiros



Foto | Claudia Ferreira









Foto | Claudia Ferreira









Foto | Claudia Ferreira





Foto | Adriana Medeiros

Desde os 14 anos, quando comecei a trabalhar para ajudar meus pais a cuidar dos meus 5 irmãos mais novos, eu tive contato com mulheres negras que se afirmavam como tal. Participar da marcha para mim foi uma felicidade. Além de ter sido a minha primeira vez de avião, eu pude estar do lado de tantas mulheres negras cuja força me deu mais força ainda. Nem acredito que depois de mais de 50 anos eu pude matar minha vontade, fazer parte da história e participar de um momento importante como é a Marcha das Mulheres Negras.

From the age of 14, when I started working to help my parents take care of my five younger siblings, I have been in touch with Black women who affirmed themselves as such. It was a delight for me to participate in the March. Besides being my first time in an airplane, I was able to be by the side of so many Black women whose strength gave me even more strength. I cannot even believe that after more than 50 years I could make my dream come true, to be part of history and participate in such an important event as the Black Women's March.

NÉSIA ROCHA

Costureira Aposentada, Baiana da Escola de Samba Grande Rio, RJ

Retired Seamstress, dances as a Bahian woman in the Rio Grande Samba School Parade, Rio de Janeiro







Foto | Adriana Medeiros



Foto | Claudia Ferreira





Foto | Claudia Ferreira







Foto | Adriana Medeiros



Foto | Adriana Medeiros



Foto | Claudia Ferreira



Foto | Luana Guedes





Foto | Claudia Ferreira



Foto | Thais Moreira



Foto | Claudia Ferreira

Não somos uma qualquer. Estamos conseguindo o nosso espaço
e marchando para dizer não aos projetos que tiram os direitos
das mulheres; não à matança de jovens negros;
não à violência contra as mulheres. Basta de intolerância!
Não queremos retrocesso, mas queremos, sobretudo,
defender o Estado Democrático de Direito.

*We are not just anybody. We are conquering our space and
marching to say no to projects that take away women's rights;
no to the killing of Black youth; no to violence against women.
No more intolerance! We do not want setbacks, but, above all,
we want to defend the Democratic State of Law.*

BENEDITA DA SILVA
Deputada Federal, RJ
Congresswoman, Rio de Janeiro





Foto | Claudia Ferreira





Foto | Claudia Ferreira







Foto | Luciane Rocha



Foto | Thais Moreira

Acompanhei olhos aflitos se tornarem olhos vibrantes, radiantes e satisfeitos. As *donas Marias* se mostraram tão fortes quanto gladiadores. À medida que marchavam, iam se empoderando, seus ombros ficavam eretos e a autoestima aumentava enquanto gritavam “eu posso, eu sou capaz”. Aquelas que diariamente eram anuladas pela sociedade, vestiram suas armaduras e foram para a batalha contra o racismo, a intolerância religiosa e a discriminação. A luta foi por nossos descendentes, por nós e pelo bem viver de nossa raça. Estou orgulhosa pelas vitórias de todas que participaram dos bastidores. “Vida longa com saúde a todas” Axé!!!

I watched as distressed eyes became vibrant, radiant, happy eyes. All Marias proved to be as strong as gladiators. As they marched, they became empowered, they straightened their backs, and their self-esteem increased as they shouted “I can, I am capable.” Those women who were annulled by society on a day to day basis put on their armor and went to battle against racism, religious intolerance and discrimination. The struggle was for our descendants, for us and for the well-being of our race. I’m proud of the victories of all those who participated backstage. “Long live all in good health Axé!!!

CRICA GALDINO DO AFOXÉ OGUNFUNMILAYI, Foz do Iguaçu, PR
Crica Galdino of Afoxé OgunFunmilayi, Foz do Iguaçu, Paraná State





Foto | Adriana Medeiros



Foto | Adriana Medeiros



Foto | Luana Guedes



Foto | Claudia Ferreira





Para nós mulheres negras maranhenses na Marcha, foi muito significativo e gratificante participar e vivenciar esse momento, pois foi um ato trilhado que oportunizou bandeiras de lutas diversas e com perseveranças, enfrentamentos e reivindicações como historicamente foram nossas lutas, assim como foi no 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras-RJ/1988, marcante para o feminismo negro, e fortalecimento do Grupo Mulheres Negras Mãe Andresa.

It was very meaningful and rewarding for us, Black women from Maranhão State, to participate in the March and experience this moment because it was a path that provided an opportunity for the agendas of several struggling groups and, with perseverance, confrontations and claims, which are the hallmarks of our battles, just as the 1st National Black Women's Meeting in Rio de Janeiro in 1988 was decisive for Black feminism, it enabled an strengthening of the Mother Andresa Black Women's Group.

CONCITA CANTANHEDE

Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa, São Luis, MA

Mother Andresa Black Women's Group, São Luís, Maranhão State

















Como rapper, mulher negra lésbica da periferia, ver o hino que compus para a Marcha cantado por milhares de mulheres, militantes como eu, foi uma emoção indescritível. Mas o mais importante foi a conquista de estar em Brasília, com aquele mundaréu de mulheres, ocupando espaço, todas unidas na luta contra o genocídio da população negra. A gente da periferia vive uma ditadura diária, morrendo todo dia.

Por isso temos que lembrar dessa marcha todo ano, porque enquanto tiver povo preto morrendo a gente tem que continuar lutando.

As a rapper, a Black lesbian from the periphery, to see the song that I wrote for the March sung by thousands of women activists like me, was an indescribable feeling. But most important of all was the achievement of being in Brasília, with a myriad of women who occupied space, all united in the fight against the genocide of the Black population. We the people of the periphery live in a dictatorship on a daily basis, dying every day. For this reason we have to remember this March every year because as long as Black people are dying we have to keep fighting.

LUANA HANSEN

rapper, São Paulo.







Foto | Adriana Medeiros

Estamos lutando por um só objetivo,
porque somos um povo só e falamos a mesma língua.
Sempre dizem que nós (indígenas) só comemos abóbora.

*We are fighting for a single goal, because we are a single people
and speak the very same language. They always say
that we (Indians) only eat pumpkin.*

THIAIA RAMOS
da tribo Pato do Hahahahi
Pato do Hahahahi Tribe





Foto | Adriana Medeiros

















A participação nos processos de organização e na Marcha me transformou em uma pessoa muito forte e me fez acreditar que sou dona de uma força que nem eu mesma sabia que tinha. A Marcha foi um encontro de almas sedentas por justiça, igualdade e respeito. Ela me fez sentir, eu mulher negra, periférica e sem teto, muito especial e sou grata a todas que proporcionaram isso a mim e a tantas outras iguais.

Participating in organizational processes and in the March made me a very strong person and made me believe I possess a strength that not even I knew I had. The March was a meeting of souls thirsting for justice, equality and respect. It made me feel, me, a Black woman, from the periphery and homeless, it made me feel very special and I am grateful to all who granted me this and to many others alike.

LENI FERREIRA LEMES

Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC) de SP
Homeless Movement in the City Center (MSTC), São Paulo







Foto | Adriana Medeiros







Foto | Claudia Ferreira



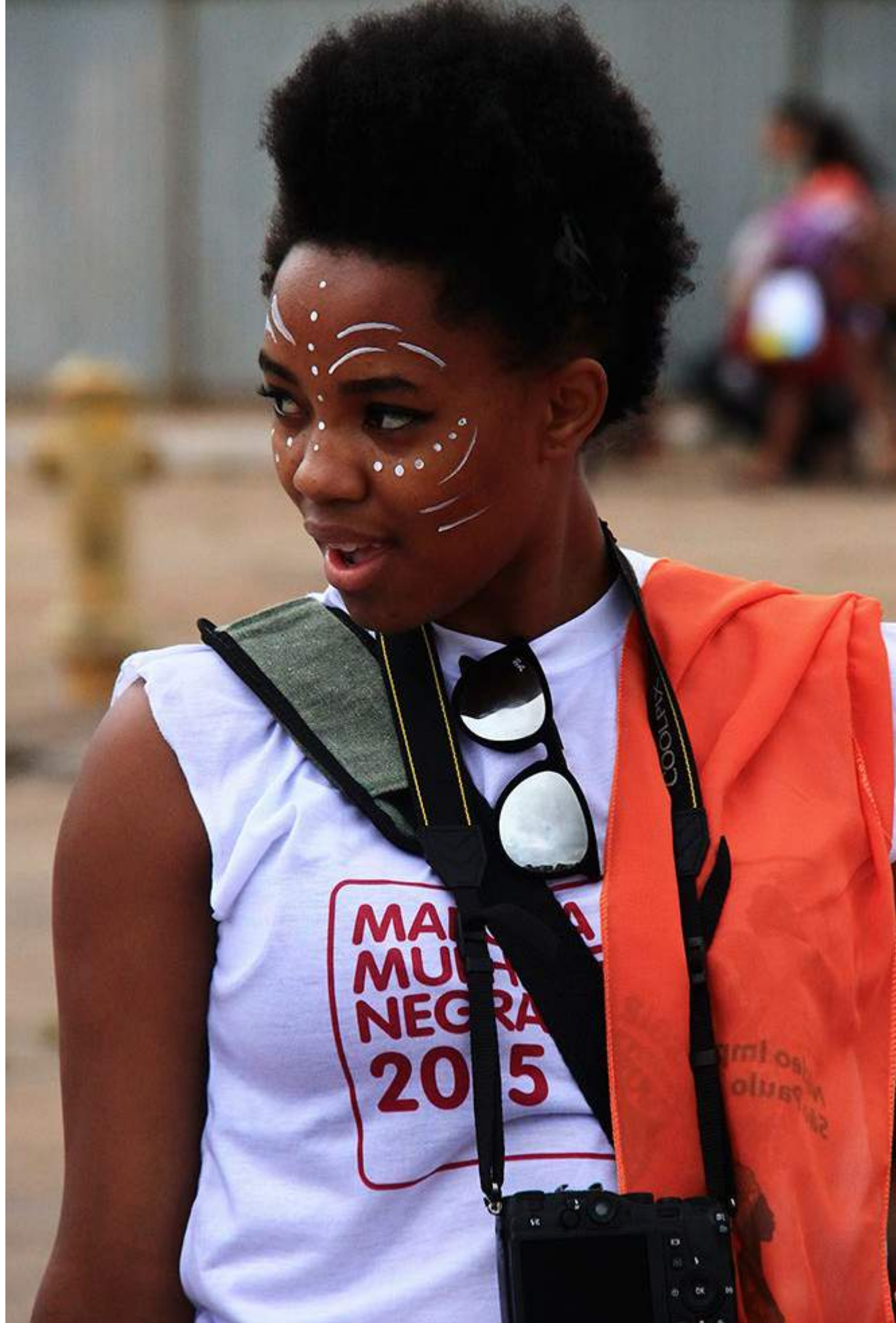




Foto | Adriana Medeiros



Foto | Claudia Ferreira



Foto | Claudia Ferreira



Foto | Claudia Ferreira

Eu participei da marcha pelo movimento das parteiras tradicionais.
Na realidade nós vimos que a marcha foi para além das mulheres negras
foi de todas as mulheres. Foi um sucesso, mesmo com os atropelos,
e as agressões vividas naquele dia nós conseguimos vencer. Isso que
fortalece nossos movimentos. Foi uma felicidade uma alegria ter
participado da marcha das mulheres negras.

*I participated in the March for the movement of traditional midwives.
In fact, it became clear to us that the March went beyond Black women;
it was for all women. It was a success, despite the hindrances and the
aggressions we experienced, on that day we managed to win.
This strengthens our movements. It was fortunate; it was a joy
to have participated in the Black Women's March.*

MARIA LUIZA DIAS

**Rede das Parteiras Tradicionais do Estado do Amapá
Network of the Traditional Midwives of Amapá State**





Foto | Claudia Ferreira





Foto | Claudia Ferreira

O que está acontecendo hoje não é uma manifestação de 2015,
é uma manifestação histórica, por exigência de igualdade de gênero e raça.
A gente sabe, a partir de dados de vários institutos de pesquisa,
que a mulher negra é colocada num lugar de inferioridade.

*What is happening today is not a demonstration of the year 2015; it is a historic
event demanding equality of gender and race. We know, from the data from several
research institutes, that the Black woman is relegated to a position of inferiority.*

TAIS TELES

Estudante de Geografia, Oeste Paulista, SP

Geography student, Oeste Paulista, São Paulo State





Foto | Adriana Medeiros





A luta das mulheres negras é uma, independente da religião.
O Bem Viver é ter rua asfaltada, saneamento básico, saúde, educação,
nenhuma violência e tudo aquilo que atenda às mulheres negras
e aos nossos filhos e filhas.

*The struggle of Black women is a single one, regardless of religion.
Well-being is to have paved streets, sanitation, health, education,
no violence and all that meets the needs of Black women
and of our sons and daughters.*

MARIA DA FÉ

Fórum Permanente de Mulheres Negras Cristãs, RJ
Permanent Forum of Christian Black Women, Rio de Janeiro







Foto | Adriana Medeiros









Foto | Adriana Medeiros



Foto | Claudia Ferreira



Foto | Claudia Ferreira



Foto | Claudia Ferreira





Foto | Claudia Ferreira



Chegando em Brasília

GINÁSIO NILSON NELSON



Durante a Marcha pude perceber o quanto somos forte e podemos nos unir pela Vida. Ver tantas mulheres de todos os estados, unidas e articuladas, o envolvimento de todas as mulheres negras de todos os territórios reunidas em Brasília para apresentar ao mundo a sua pauta e sua militância pelo bem viver, me impulsiona e me encanta, pela nossa luta como sujeitos de nossa própria história e transformação de nossas vidas.

During the March I could see how strong we are and that we can unite in favor of Life. To see so many women from every State, united and articulated, the involvement of all Black women from every territory gathered in Brasília to present their agenda and their militancy for well-being to the world impels me and delights me, for our struggle as the subjects of our own history and the transformation of our lives.

OLINDINA SERAFIM NASCIMENTO

Comissão Quilombola do Sapê do Norte. São Mateus, ES
Sapê do Norte Quilombola Commission, São Mateus, Espírito Santo State





Foto | Adriana Medeiros







Foto | Adriana Medeiros

congresso nacional

Sessão Plenária da Câmara dos Deputados
transformada em Comissão Geral para debater
a realidade das Mulheres Negras Brasileiras

17 DE NOVEMBRO DE 2015







Fotos | Adriana Medeiros







A Marcha criou, a partir de sua mobilização, oportunidade de diálogo real entre mulheres negras, com o fortalecimento mútuo das pautas. Permitiu uma construção a partir do que nos une, não do que nos separa e para mim esse é o principal ponto que dá sentido à Marcha. Essas articulações trarão frutos imensuráveis para as próximas gerações de mulheres negras.

The March created, from the mobilization stage, the opportunity for real dialogue among Black women, with a mutual reinforcement of their agendas. It allowed us to build up from that which unites us, not that which separates us, and for me this is the main feature that gives meaning to the March. These articulations will bring fruit beyond measure for future generations of Black women.

JULIANA GONÇALVES

Ceert e Cojira, SP

CEERT and Cojira, São Paulo







Foto | Adriana Medeiros





Foto | Adriana Medeiros



Para mim, participar da Marcha foi a forma de demonstrar minha reverência às nossas ancestrais, às nossas guerreiras anônimas, à minha avó, à minha mãe e para que minha filha Maria Helena se orgulhe de sua história e siga em frente na luta diária contra o Racismo, o machismo e todas as formas de violência.

For me to participate in the March was a means to show my reverence to our ancestors, to our anonymous warriors, my grandmother, my mother, and so that my daughter Maria Helena can be proud of her history and move on in the daily struggle against Racism, sexism and all forms of violence.

LUCIANA ARAÚJO

jornalista, SP

journalist, São Paulo



RODAS DE conversa

MUSEU DA REPÚBLICA

17 DE NOVEMBRO DE 2015





Foto | Adriana Medeiros



A Marcha das Mulheres Negras era uma necessidade nossa de visibilidade, de gritar por respeito; mas foi maior que isso; foi comoção, fortalecimento, de não se ver só, e definitivamente acreditar que nossas lutas e caminhadas não são utópicas. A marcha foi reforço, foi demonstração de fé, garra, superação; foi perceber que a união é algo ancestral, que somos família, e onde quer que estejamos nunca seremos uma ,sempre teremos apoio e quem nos represente.

A Black Women's March answered to a need we had for visibility, to cry out loud for respect; but it was more than that, it was great emotion, a strengthening, because of not seeing oneself alone, and definitely believing that our struggles and our walks are not utopian. The March was a reinforcement, a demonstration of faith, vigor, overcoming; it was realizing that unity is ancestral, that we are a family, and wherever we are we will never be one, we will always be supported and will always have someone to represent us.

SANDRA HELENA GOMES DA SILVA

GAPA, Fórum de ONGs AIDS, Coordenadora da Comissão de Etnias do Estado, RS

GAPA, AIDS NGO Forum, Coordinator of the Ethnic Committee of the Rio Grande do Sul State



NOSSOS PASSOS vêm DE LONGE

PREPARAÇÃO NOS ESTADOS



AMAPÁ





TOCANTINS



AMAZONAS



A Marcha das Mulheres Negras nos proporcionou voltar os olhos para as mulheres negras que nunca foram visibilizadas, ouvidas ou consideradas. A sororidade se ampliou na convergência dessas mulheres de todos os cantos, credos, profissões, territorialidade, belezas, sonhos e fé. Continuamos em Marcha. Nossos passos vem de longe, e não caminhamos sós.

The Black Women's March allowed us to turn our eyes to the Black women who have never been visible, heard or taken into consideration. The sisterhood has expanded in the convergence of these women from all corners, creeds, professions, territorialities, beauties, dreams and faiths. We will March on. Our steps have brought us very far, and we do not walk alone.

LEONOR FRANCO DE ARAUJO

**Núcleo Estadual das Mulheres Negras do Espírito Santo, Presidente Nacional do Instituto Ganga Zumba.
State Center for Black Women of Espírito Santo, National President of the Ganga Zumba Institute**



PARÁ





PARAÍBA



RIO DE JANEIRO



RIO DE JANEIRO







RIO DE JANEIRO



Na Marcha era um misto de emoções que ecoavam dentro de mim.
Ver e conhecer mulheres negras dos quatro cantos de país, na sua diversidade e pluralidade foi sensacional. O clamor e o grito da mulher negra brasileira encontrou espaço naquela marcha, que a cada passo clamava por reconhecimento e não silenciamento. Retornei para a minha cidade revigorada e cheia de vontade de contribuir para a emancipação das mulheres negras na minha localidade.

*The March was full of mixed emotions that echoed inside me.
It was magnificent to see and to get to know Black women from the four corners of the country, in their diversity and plurality. The claims and the clamors of Black Brazilian women found a space in that March, a March that at every step called for recognition and not silencing. I returned home reinvigorated and with a will to contribute to the empowerment of Black women in my town.*

MEYRIELI DE CARVALHO SILVA

Espírito Santo
Espírito Santo State



SÃO PAULO



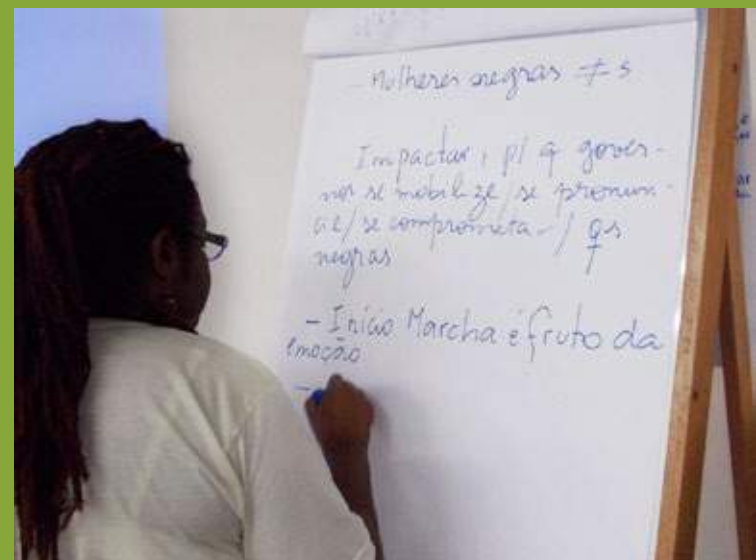
ESPÍRITO SANTO





SANTA
CATARINHA

PARANÁ



A Marcha das Mulheres Negras reafirmou as bandeiras de luta das mulheres negras no Brasil, assim como foi uma grande articuladora e uma expressão de muita forças juntas pelo objetivo comum da diversidade da população brasileira.

The Black Women's March reaffirmed the agenda of Black women's struggle in Brazil, as well as being a great axis for articulation and an expression of great forces united for the common goal of the diverse Brazilian population.

JOSANIRA DA LUZ

Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, São Luis, MA
Mother Andresa Black Women's Group, São Luís, Maranhão State



RIO GRANDE DO SUL



carta das
mulheres
negras



**MARCHA DAS
MULHERES NEGRAS 2015
CONTRA O RACISMO**

**E A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER
O BEM VIVER COMO NOVA UTOPIA**

Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha. Inspiradas em nossa ancestralidade, somos portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório.

Somos meninas, adolescentes, jovens, adultas, idosas, heterossexuais, lésbicas, transexuais, transgêneros, quilombolas, rurais, mulheres negras das florestas e das águas, moradoras das favelas, dos bairros periféricos, das palafitas, sem teto, em situação de rua.

Somos trabalhadoras domésticas, prostitutas/profissionais do sexo, artistas, profissionais liberais, trabalhadoras rurais, extrativistas do campo e da floresta, marisqueiras, pescadoras, ribeirinhas, empreendedoras, culinárias, intelectuais, artesãs, catadoras de materiais recicláveis, yalorixás, pastoras, agentes de pastorais, estudantes, comunicadoras, ativistas, parlamentares, professoras, gestoras e muitas mais.

A sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual, da natureza, da política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcados na utopia de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os).

Na condição de protagonistas, oferecemos ao Estado e à Sociedade brasileiros nossas experiências como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica de vida e ação política, que só é possível por meio da superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de

discriminação, responsáveis pela negação da humanidade de mulheres e homens negros.

Declaramos que a construção desse processo se inicia aqui e agora.

Por tudo isso, nós, Mulheres Negras, estamos em Marcha para exigir o fim do racismo e da violência que se manifestam no genocídio dos jovens negros; na saúde, onde a mortalidade materna entre mulheres negras está relacionada à dificuldade do acesso a esses serviços, à baixa qualidade do atendimento aliada à falta de ações e de capacitação de profissionais de saúde voltadas especificamente para os riscos a que as mulheres negras estão expostas; da segurança pública cujos operadores e operadoras decidem quem deve viver e quem deve morrer mediante a omissão do Estado e da sociedade para com as nossas vidas negras.

Marchamos pelo direito à vida, pelo direito à humanidade, pelo direito a ter direitos e pelo reconhecimento e valorização das diferenças. Marchamos por justiça, equidade, solidariedade e bem-estar que são valores inegociáveis, diante da pluralidade de vozes que coabitam o planeta e reivindicam o Bem Viver.

Convocamos a sociedade brasileira para a construção deste novo pacto civilizatório, para uma sociedade onde todas e todos possam viver plenamente a igualdade de direitos e oportunidades.

Para a consolidação desse Pacto de consenso, é necessário que Estado e Sociedade acolham as seguintes reivindicações:

DIREITO À VIDA E À LIBERDADE

- Garantir o direito à vida da população negra, em geral, e da mulher negra, em particular, como um direito fundamental que não pode ser violado sob nenhuma hipótese. Tal garantia deve ser acompanhada de condições sociais, políticas, econômicas, ambientais, culturais e civis, para que

possamos viver com dignidade, liberdade, livres do racismo patriarcal e de todas as formas de discriminação;

- Assegurar o direito à liberdade garantindo o direito de ir e vir, de emitir opinião, de se expressar, de criar vínculos associativos sem a interpelação do Estado, tomando como referência os princípios éticos e dos Direitos Humanos preconizados em nossa Constituição;
- Garantir a laicidade do Estado face a quaisquer fundamentalismos religiosos;
- Erradicar as desigualdades, considerando que possuem severo fundamento nas discriminações raciais e de gênero, tomando como parâmetro essencial a promoção de políticas públicas que possam garantir a dignidade das mulheres negras;

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

- Garantir o acesso às riquezas, aos bens comuns de forma igualitária, sustentável e coletiva, resguardando o ambiente da exploração predatória;
- Reconhecimento e visibilidade da trajetória coletiva e das nossas múltiplas realidades, que permanecem ocultas sob o peso de narrativas que nos associam à carência, ao atraso e à incapacidade intelectual e política;
- Fomentar a participação na política nos espaços de decisão e nos órgãos públicos, garantindo a paridade e as condições materiais e simbólicas para o empoderamento e o fortalecimento da participação das mulheres negras nas quadras do poder;
- Promover a reforma do sistema político brasileiro visando à constituição de novos parâmetros para a democracia brasileira, para o exercício do poder, suscitando a participação dos grupos excluídos do processo de decisão e reorganizando as formas de

representação e de expressão dos interesses dos diferentes grupos e do controle social do Estado;

- Ratificar e assegurar o cumprimento das deliberações dos protocolos, pactos, declarações, convenções, planos de ações regionais (OEA) e internacionais (ONU), ratificando e referendando esses compromissos;
- Tomar como parâmetros indicadores nacionais e internacionais para o monitoramento do cumprimento dessas medidas, que também poderão levar em conta outros indicadores tais como o bem-estar psicológico, a saúde, o uso do tempo, a vitalidade comunitária, a educação, a cultura, o meio ambiente, a governança e o padrão de vida;
- Implantar as políticas preconizadas no Estatuto da Igualdade racial (Lei no. 12.288 de 20/07/2010), bem como o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), incentivando a organização do Sistema nas esferas estaduais e municipais, a partir de suporte financeiro e técnico;
- Exigir do poder público, nas três esferas de governo, orçamento adequado para a implementação das políticas de promoção da igualdade racial contra o racismo, a violência e pelo bem viver;

DIREITO AO TRABALHO, AO EMPREGO E À PROTEÇÃO DAS TRABALHADORAS NEGRAS EM TODAS AS ATIVIDADES

- Garantir a oportunidade e acesso a postos de trabalho e emprego, com remuneração justa e adequada, tendo como parâmetro a equidade racial, étnica, de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geração, deficiências, de condição física e mental para o acesso e permanência nos postos de trabalho. Deve-se também assegurar legalmente a participação em atividades comunitárias e de organização sindical;

- Assegurar o exercício do trabalho em condições plenas de segurança, assentado na proteção à saúde das(os) trabalhadoras(es) e nos direitos previdenciários previstos em lei, no campo e na cidade;
- Erradicar definitivamente o trabalho análogo ao trabalho escravo e infantil em todo território nacional, garantindo a proteção e o desenvolvimento da(o) trabalhador(a) na área rural;
- Oferecer trabalho decente para migrantes negros oriundos de países latino-americanos e africanos;
- Demandar ao poder público o cumprimento da Lei Complementar nº 150 de 01/06/15 que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico que garante a seguridade social e todos os direitos trabalhistas para todas as trabalhadoras domésticas;
- Promover a valorização do trabalho das mulheres negras, coibindo práticas discriminatórias no mercado de trabalho, tais como salários desiguais para funções e cargos iguais, entre outras;
- Garantir o exercício do trabalho em condições de segurança com proteção à saúde das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis, assegurando também todos os direitos trabalhistas e de seguridades social;
- Implementar políticas de ações afirmativas para o enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho (nas administrações centralizadas, autarquias, fundações, empresas públicas, privadas, nacionais, multinacionais e cooperativas);
- Assegurar o cumprimento pleno das Convenções 100, 111 e da agenda do Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

DIREITO À TERRA, TERRITÓRIO E MORADIA/DIREITO À CIDADE

- Garantir a preservação, proteção, demarcação, homologação e registro incondicional das terras quilombolas, indígenas e de outros povos tradicionais. Necessário se faz também assegurar recursos orçamentários da União para a titulação das terras e para o desenvolvimento de políticas sociais econômicas voltados para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, com participação das(os) interessadas(os) nos processos de decisão;
- Criar condições para permanência e retorno da população negra ao campo, especialmente a juventude e promoção de políticas e leis que protejam, preservem e recuperem as sementes nativas e crioulas. Deve-se salientar que os mecanismos governamentais de compra e distribuição de sementes devem respeitar as formas tradicionais de organização local da agricultura familiar, camponesa e dos povos tradicionais e estimular a formação de estoques de sementes;
- Implementar a reforma agrária e oferecer recursos para o dinamismo da agroecologia;
- Apoiar, com recursos financeiros e técnicos, as práticas tradicionais de troca, seleção e venda pelas(os) agricultoras(es) familiares e pelas comunidades tradicionais;
- Exigir o reconhecimento e a garantia dos direitos de trabalhadoras(es) do campo, valorizando a remuneração justa e equitativa e o fim da violência e da discriminação contra as mulheres;
- Garantir o Direito a Cidade por meio do reconhecimento da função social da propriedade, para assegurar moradias e acesso a serviços na cidade, contribuindo assim para o fortalecimento dos interesses coletivos sociais, culturais e ambientais em detrimento dos interesses individuais e econômicos;

- Assegurar às mulheres negras o acesso a serviços sociais básicos, referentes à mobilidade, ao esporte e lazer, ao patrimônio natural e cultural;
- Assegurar moradia digna para todas(os), priorizando a segurança da posse e impedindo os despejos forçados, remoções e o monopólio sobre a terra;
- Promover a urbanização de favelas e prevenção de riscos, priorizando a segurança da posse e o respeito de todos os direitos humanos;

JUSTIÇA AMBIENTAL, DEFESA DOS BENS COMUNS E A NÃO-MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA

- Erradicar o racismo ambiental, promovendo políticas ambientais que:
 - (a) Impeçam a remoção e a desocupação para a extração do patrimônio ambiental e de outras riquezas, o uso de agrotóxicos e outros venenos na agricultura e nas outras culturas de criação de animais e o despejo de detritos e lixo em áreas onde a população negra habita;
 - (b) Destroem o ambiente e a cultura das comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas;
- Promover fontes alternativas de energia limpa, bem como a democratização, descentralização e gestão pública da energia de maneira a garantir o direito das comunidades tradicionais e das populações do meio rural ao seu acesso;
- Reparar e indenizar as populações, especialmente das mulheres negras, afetadas por megaprojetos e processos industriais e de mineração atingidos por barragens e por desastres naturais;
- Ampliar o acesso universal a água potável, limpeza urbana e ao saneamento básico;

- Promover a soberania alimentar e o acesso a alimentação saudável, adequada e com qualidade, livre de agrotóxicos e não transgênicos.

DIREITO À SEGURIDADE SOCIAL (SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL)

- Assegurar às mulheres negras as políticas de seguridade social, por meio do acesso a serviços essenciais de saúde, assistência e previdência social;
- Erradicar o racismo institucional nas organizações públicas e privadas e em suas diferentes políticas, planos e programas de ação;
- Implantar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Sistema Único de Saúde;
- Ampliar a Política Nacional de Atenção Integral à pessoa com Doença Falciforme para todo o território nacional, a partir de um conjunto de medidas, como o fomento a pesquisas e técnicas de atenção e assistência;
- Descriminalizar o aborto e garantir o atendimento ao aborto legal na rede pública, bem como os procedimentos de profilaxia às mulheres em situação de violência, incluindo também o acesso à pílula do dia seguinte;
- Assegurar a estruturação e o aparelhamento dos equipamentos de saúde da rede pública, especialmente daqueles voltados para o atendimento à saúde da mulher, incluindo recursos humanos especializados e outros insumos necessários;
- Erradicar a mortalidade materna de mulheres negras, aprimorando as políticas em curso e incluindo o quesito cor na avaliação de risco;
- Implantar políticas de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos nas áreas da educação, da saúde e da segurança, garantindo o respeito à livre

orientação sexual, as identidades de gênero, a autonomia do corpo da mulher, o direito ao aborto, bem como promover ações voltadas para a saúde sexual e saúde reprodutiva.

DIREITO À EDUCAÇÃO

- Demandar ao Ministério da Educação (MEC) e às Universidades a efetivação e ampliação dos programas e das políticas de assistência voltados para a permanência dos alunos que ingressaram nas universidades por meio do sistema de cotas e de outras políticas de inclusão;
- Garantir a efetivação de mecanismo de implantação das diretrizes curriculares sobre a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena previstas no Artigo 26.A da LDB (Leis 10.639 e 11.645), com o aprimoramento dos currículos de formação continuada, bem como elaborar e difundir materiais didáticos, paradidáticos e pedagógicos sobre a temática, direcionados aos profissionais da educação;
- Fortalecer políticas públicas voltadas para a redução da evasão escolar, defasagem idade-série dos alunos pertencentes aos grupos étnicos e raciais discriminados.

DIREITO À JUSTIÇA

- Promover a proteção contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata assegurando que todas as pessoas tenham acesso aos remédios eficazes e usufruam do direito ao acesso ao sistema de justiça e de outras instituições para solicitarem reparação ou satisfação justas e adequadas pelos danos ocasionados por tais formas de discriminação;
- Adotar as medidas necessárias, como previsto na legislação nacional, para assegurarem o direito das vítimas em obterem reparação e satisfação justas e adequadas relativas aos atos de racismo,

discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e a formularem medidas efetivas para prevenção da repetição de tais atos;

- Promover políticas de enfrentamento à violência contra a população negra, em especial, aquela que acomete as mulheres negras, visando assegurar a vida, a segurança e a paz;
- Erradicar o racismo institucional em todas as instâncias do sistema de justiça;
- Assegurar políticas de prevenção e enfrentamento ao encarceramento da população negra, em especial das mulheres negras;
- Assegurar ações de enfrentamento às violações do direito de culto e crença, com vistas a combater a discriminação contra as religiões de matriz africana;
- Retirar de todos os órgãos do sistema de justiça símbolos de qualquer religião, considerando a laicidade do Estado brasileiro;
- Apoiar a criação de varas especializadas para tratar as questões raciais no poder judiciário;
- Incentivar a criação de um núcleo de atendimento de questões raciais na defensoria pública;
- Incentivar a geração de dados sobre o sistema de justiça para que possa ser criada jurisprudência em casos de racismo;
- Promover campanhas contra a violência e os homicídios que ceifam a vida da juventude negra, bem como promover ações de reparação dos danos causados às famílias.

DIREITO À CULTURA, INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO

- Ampliar e efetivar ações afirmativas para as culturas negras nas políticas e programas de incentivo à produção cultural em todos os níveis;

- Implementar e consolidar as ações para inventariar, restaurar e proteger o patrimônio cultural material e imaterial das culturas afro-brasileiras, especialmente das comunidades quilombolas e de matrizes africanas, promovendo a valorização dos conhecimentos e culturas destes segmentos;
- Garantir e promover ações de enfrentamento à intolerância às religiões de matriz africana que afetam os terreiros e os adeptos dessas religiões;
- Promover campanhas que eliminem a veiculação de estereótipos de gênero, raça/etnia, geracional, orientação sexual nos meios de comunicação (públicos e privados) e nas produções, conteúdos, programas e materiais didáticos;
- Criar novos/outros regimes de visibilidade da população negra, em particular das mulheres negras, apoiado em outro imaginário capaz de romper com os códigos racistas e sexistas que compõem os discursos circulantes;
- Estimular maior participação de profissionais negros, especialmente das mulheres negras, na estrutura ocupacional da mídia e dos sistemas de entretenimento;
- Inserir nas discussões relativas à democratização da mídia no Brasil, o tópico da pluralidade com vistas a contemplar as múltiplas vozes, estéticas e perspectivas dos grupos etnicorraciais que compõem a nação brasileira;
- Fortalecer as mídias populares e comunitárias; garantir a participação e a representatividade da mulher negra nos meios; proibir o repasse de verbas públicas para veículos de comunicação que induzem ao racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia;
- Garantir a todas as pessoas, independentemente da condição socioeconômica ou da localidade, acesso a um serviço de banda larga de qualidade, barato e rápido.

- Exigimos o fim dos oligopólios e monopólios de mídia, a transparência nas concessões de canais de rádio e televisão, o fortalecimento da comunicação pública e comunitária, e a diversidade e a pluralidade de conteúdo nos meios de comunicação do Brasil.

SEGURANÇA PÚBLICA

- Erradicar o racismo institucional das políticas de segurança, coibindo o uso da violência racial que produz altos índices de homicídios contra a população negra, por meio de políticas de segurança pública, baseadas em Direitos Humanos;
- Promover a participação, o delineamento e o controle social das políticas de segurança pública, considerando, fundamentalmente, a participação da população negra nos conselhos deliberativos dessas políticas;
- Promover ações de enfrentamento ao genocídio da juventude negra, com a participação ativa dos grupos envolvidos;
- Promover campanhas articuladas entre os órgãos públicos e privados contra a violência racial, levando as demandas da população negra, em especial, das mulheres negras;
- Ampliar o número de serviços para a atenção às mulheres negras vítimas de violência sexual e intrafamiliar, bem como para os crimes raciais.

Brasília, 18 de novembro de 2015.

**Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo,
a Violência e pelo Bem Viver**

2015 MARCH OF BLACK WOMEN AGAINST RACISM, VIOLENCE AND FOR WELL-BEING AS A NEW UTOPIA

We, the Black women of Brazil, twinned with the women of the world who are affected by racism, sexism, lesbophobia, transphobia and other forms of discrimination, we are on the march. Inspired by our ancestry, we are the bearers of a legacy that announces a new civilizing pact.

We are girls, adolescents, young women, adults, elderly women, heterosexuals, lesbians, transsexuals, transgenders, *quilombolas* (escaped slaves and their descendants), rural women, black women of the forests and waters, women residents of the slums, of the periphery, of stilts houses, homeless women, and street dwellers.

We are domestic workers, prostitutes/sex workers, artists, professionals, agricultural workers, gatherers of the fields and forests, shellfish gatherers, fisherwomen, riverbank dwellers, entrepreneurs, food preparation professionals, intellectuals, artisans, collectors of recyclable materials, yalorishas, shepherdesses, pastoral church workers, students, communicators, activists, teachers, managers and many more.

The ancient wisdom that we have inherited from our ancestors is reflected in the idea of Well-Being, which founds and constitutes the new concepts for the management of the collective and the individual, of nature, politics and culture, which provide meaning and value to our existence, grounded on the Utopian idea of living and building a world of all women and all men and for all women and all men.

In the role of protagonists, we offer to the Brazilian State and the Brazilian Society our experiences as a means to collectively build another dynamics for life and political action, which is only possible by overcoming racism, sexism and all forms of discrimination that are

responsible for the denial of the humanity of Black women and men.

We declare that the construction of this process starts here and now.

For all these reasons, we are Black Women in a March to demand an end to the racism and the violence that manifest themselves in the genocide of Black youth in the health system — where the maternal mortality rate among Black women is related to the difficulty of access to health services, and to the low quality of care combined with the absence of actions for the training of health professionals geared specifically to the risks to which Black women are exposed — and in public security, whose operators decide who shall live and who shall die owing to the omission of the State and of Society regarding our Black lives.

We march for the right to life, the right to humanity, the right to have rights and for the recognition and appreciation of differences. We march for justice, equality, solidarity and Well-Being, which are non-negotiable values, before the plurality of voices that inhabit the planet together and demand Well-Being.

We call on the Brazilian Society for the construction of this new civilizing pact, for a Society where each and everyone can live fully in equal rights and opportunities.

To consolidate this consensual Pact it is necessary for the State and for Society to accept the following demands:

RIGHT TO LIFE AND FREEDOM

- To ensure the right to life of the Black population in general, and Black women in particular, as a fundamental right that cannot be violated under any circumstances. This guarantee must be accompanied by social, political, economic, cultural, environmental, and civil conditions, so that we can live with dignity, in freedom, free from patriarchal racism and all forms of discrimination;

- To ensure the right to freedom, guaranteeing the right to come and go, to give an opinion, to express oneself, to create associative links without interpellation by the State, using as guidelines the ethical principles and Human Rights proclaimed in our Constitution;
- To ensure the secularity of the State against any form of religious fundamentalism;
- To eradicate inequalities, considering they are firmly grounded in racial and gender discrimination, taking as an essential parameter the creation and enforcement of public policies that safeguard the dignity of Black women;

PROMOTION OF RACIAL EQUALITY

- To ensure access to wealth, and to common assets in an equal, sustainable and collective manner, protecting the environment from predatory exploitation;
- To ensure the recognition and visibility of the collective trajectory and of our multiple realities, which remain hidden under the weight of narratives that link us to scarcity, backwardness and intellectual and political failure;
- To encourage participation in political decision-making spaces and public bodies, ensuring parity and material and symbolic conditions for the empowerment, and the intensification of the participation of Black women in the arenas of power;
- To promote the reform of the Brazilian political system aiming at establishing new parameters for the Brazilian democracy, for the exercise of power, stimulating the participation of excluded groups in decision-making processes, and rearranging the forms of representation and expression of interests of different groups and of the social control of the State;
- To ratify and ensure the enforcement of resolutions, protocols, covenants, declarations, conventions, regional (OAS) and international (UN) plans of action, ratifying and endorsing these commitments.
- To take national and international indicators as parameters for monitoring compliance with these measures, which may also take into account other indicators, such as psychological well-being, health, time use, community vitality, education, culture, the environment, governance and the standard of living;
- To implement the policies established in the Statute of Racial Equality (Law #12,288 of 07/20/2010) and the National System for the Promotion of Racial Equality (SINAPIR), encouraging the organization of the System in the state and municipal levels, based on financial and technical support;
- To demand from the three levels of government an adequate budget for the implementation of policies to promote racial equality against racism, violence, and for Well-Being;

RIGHT TO WORK, TO EMPLOYMENT AND TO THE PROTECTION OF BLACK WOMEN WORKERS IN ALL ACTIVITIES

- To ensure opportunity and access to jobs and employment, with fair and adequate payment, having as a parameter racial, ethnic, gender, sexual orientation, gender identity, generation, disability, physical and mental conditions equality regarding access and permanence in jobs. The participation in community activities and in union organization shall also be ensured by law;
- To ensure the right to work in full safety, based on the protection of the health of female and male workers and on the pension rights as provided by law, in rural areas and in the city;

- To definitely eradicate labor analogous to slavery and child labor throughout Brazil, ensuring the protection and the development of female and male workers in rural areas;
- To offer decent work to Black migrants from Latin American and African countries;
- To demand from the public power the enforcement of Complementary Law #150 of 06/01/15 which deals with domestic employment contracts that guarantee social security and all labor rights to all female domestic workers;
- To promote respect for the work of Black women, curbing discriminatory practices in the labor market, such as unequal wages for equal work and jobs, among others;
- To ensure safe conditions for carrying out work, protecting the health of female and male pickers of recyclable materials, also ensuring them all labor rights and social security;
- To implement affirmative action policies for dealing with racial and gender inequalities in the labor market (in centralized administrations, municipalities, foundations, public, private, national, and multinational companies and cooperatives);
- To ensure full compliance with ILO Conventions 100 and 111, and with the Decent Work Agenda of the International Labour Organization (ILO).

RIGHT TO LAND, TERRITORY AND HOUSING / RIGHT TO THE CITY

- To ensure the preservation, protection, demarcation, approval and unconditional registration of *quilombola* (escaped slaves and their descendants), indigenous and other traditional peoples' lands. It is also necessary to guarantee budgetary Union resources to provide ownership deeds for the lands

and for the implementation of social economic policies aiming at the sustainable development of these communities, with the participation of those concerned (whether male or female) in decision-making processes;

- To create conditions for the permanence and return of the Black population to rural areas, especially the young, and to promote policies and laws to protect, preserve, and restore native and Creole seeds. It should be noted that government mechanisms for the purchase and distribution of seeds shall respect traditional forms of local organization of family, peasant and traditional peoples' farming and stimulate the storing of seed stocks;
- To implement land reform and provide resources to invigorate agroecology;
- To support, with financial and technical resources, traditional exchange, selection and sale practices by male and female family farmers and by traditional communities;
- To demand the recognition and guarantee of female and male rural workers' rights, valuing fair and equitable pay and promoting an end to violence and discrimination against women.
- To ensure the Right to the City through the recognition of the social function of property, to ensure housing and access to services in the city, thus contributing to the strengthening of social, cultural and environmental collective interests at the expense of individual and economic interests.
- To ensure the access of Black women to basic social services concerning mobility, sports and leisure, the natural and cultural heritage;
- To ensure adequate housing for all women and men, prioritizing the security of ownership and preventing forced evictions, removals and the monopoly of the land;

- To promote the upgrading of slums and risk prevention, prioritizing the security of ownership and the respect of all human rights.

ENVIRONMENTAL JUSTICE, DEFENCE OF COMMON ASSETS AND NON- COMMERCIALIZATION OF LIFE

- To eradicate environmental racism, promoting environmental policies that:
 - (a) Prevent removal and evacuation for the extraction of the environmental heritage and other riches, and the use of pesticides and other poisons in agriculture and other activities related to animal breeding, and dumping of rubbish and garbage in areas where the Black population dwells;
 - (b) Destroy the environment and the culture of traditional, *quilombola* (escaped slaves and their descendants) and indigenous communities;
- To encourage alternative sources of clean energy as well as the democratization, decentralization and public management of energy in order to guarantee the right to energy of traditional communities and populations in rural areas;
- To repair and compensate the population, especially Black women, who are affected by megaprojects and industrial and mining processes and who are the victims of dams and natural disasters;
- To expand universal access to safe drinking water, urban cleaning services and basic sanitation;
- To promote food sovereignty and access to healthy, adequate and quality food, free of pesticides and non-transgenic products.

RIGHT TO SOCIAL SECURITY (HEALTH, WELFARE AND SOCIAL SECURITY)

- To ensure social security policies to Black women through access to essential health services, welfare and social security;
- To eradicate institutional racism in public and private organizations and their policies, plans and action programs;
- To implement the Integral Health National Policy for the Black Population in the National Health System;
- To expand the National Policy for Integral Attention to the Person with Sickle Cell Disease throughout Brazil, based on a set of measures such as fostering research and attention and care techniques;
- To decriminalize abortion and ensure compliance to legal abortion in the public health system, as well as prophylactic procedures to women in situations of violence, also including access to the morning-after pill;
- To ensure the structure and the equipment of public health facilities, especially those dedicated to the health care of women, including specialized human resources and other required inputs;
- To eradicate the maternal mortality of Black women by improving current policies and including color as an item in risk assessment;
- To implement Sexual Rights and Reproductive Rights policies in the areas of education, health and security, ensuring respect for the freedom of sexual orientation, gender identities, and the autonomy of the woman's body, and the right to abortion, as well as promoting actions aimed at sexual and reproductive health.

RIGHT TO EDUCATION

- To demand from the Ministry of Education (MEC) and the Universities the implementation and expansion of welfare programs and policies aimed at the permanence of students who enter universities through the quota system and other inclusion policies;
- To ensure the means and resources for the implementation of curriculum guidelines concerning the history of Africa and of the African-Brazilian and indigenous cultures as provided for in Article 26.A of LDB (Laws 10,639 and 11,645), with the improvement of continuing education curricula, and to create and distribute teaching materials, supporting and pedagogical materials on the topic, targeted to education professionals;
- To strengthen public policies aimed at reducing school evasion, age-grade discrepancies of students belonging to discriminated ethnic and racial groups.

RIGHT TO JUSTICE

- To promote protection against racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance by ensuring that all people have access to effective remedies and enjoy the right to access to the justice system and other institutions to claim fair and appropriate reparation or satisfaction for the damages caused by such forms of discrimination.
- To adopt the necessary measures as provided for in the Brazilian legislation to ensure the right of victims to obtain redress and fair and adequate satisfaction relating to acts of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance and to formulate effective measures to prevent the recurrence of such acts;
- To promote policies for the confrontation of violence against the Black population, especially the violence

that targets Black women, aiming at ensuring life, security and peace;

- To eradicate institutional racism at all levels of the justice system.
- To ensure prevention and confrontation policies regarding the incarceration of the Black population, especially Black women;
- To ensure confrontation actions against violations of the right to worship and freedom of belief, in order to fight discrimination against the religions of African origin;
- To remove symbols of all religions from all bodies of the justice system, considering the secularity of the Brazilian state;
- To support the creation of specialized courts to deal with racial issues in the judiciary system;
- To encourage the creation of an assistance center for racial issues in the public defender's office;
- To encourage the generation of data about the justice system so that jurisprudence can be established in cases of racism;
- To promote campaigns against the violence and killings that take the lives of young Blacks, and to promote actions for the reparation of damages caused to the families.

RIGHT TO CULTURE, INFORMATION AND COMMUNICATION

- To expand and implement affirmative action for Black culture in incentive policies and programs for cultural production at all levels.
- To implement and consolidate the actions to inventory, restore and protect the material and immaterial cultural heritage of African-Brazilian cultures, especially of communities of *quilombola*

(escaped slaves and their descendants) and African origin, promoting the value of the knowledge and cultures of these segments;

- To ensure and promote confrontation actions against the intolerance of religions of African origin that affects *terreiros* (places of worship) and followers of these religions.
- To promote campaigns to eliminate the diffusion of gender, race/ethnicity, generational, and sexual orientation stereotypes in the media (public and private), and in educational products, contents, programs and materials;
- To create new/other regimes of visibility for the Black population, particularly Black women, based on a different representation model that is able to break with the racist and sexist codes that make up current discourses;
- To encourage greater participation of Black professionals, especially Black women, in the occupational structure of the media and entertainment systems;
- To insert the issue of plurality in debates on the democratization of the media in Brazil in order to address the multiple voices, aesthetics and perspectives of the ethnic-racial groups that make up the Brazilian nation;
- To strengthen popular and community media; to ensure the participation and representation of Black women in the media; to prohibit the transfer of public funds to media outlets that lead to racism, sexism, lesbophobia and transphobia.
- To ensure that all persons, regardless of their socioeconomic status or location, have access to quality, inexpensive and fast broadband service.
- We demand the end of media oligopolies and monopolies, transparency in the concession of radio and television channels, the strengthening of public

and community communication, and diversity and plurality of content of the media in Brazil.

PUBLIC SECURITY

- To eradicate institutional racism in security policies, curbing the use of racial violence that produces high homicide rates against the Black population through public security policies based on the Human Rights;
- To promote social participation, design and control of public security policies, considering, fundamentally, the participation of the Black population in the deliberative councils for those policies;
- To promote confrontation actions against the genocide of young Blacks, with the active participation of the groups involved;
- To promote coordinated campaigns between public and private bodies against racial violence, taking into account the demands of the Black population, especially Black women;
- To increase the number of services for the assistance to Black women who are the victims of sexual and intra-family violence as well as of racial crimes.

Brasília, November 18, 2015.

**March of Black Women against Racism,
Violence and for Well-being**

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Claudia Ferreira

FOTOS

Adriana Medeiros

Ana Carolina Fernandes

Carolina Felício

Claudia Ferreira

Luana Guedes

Luciane Rocha

Paula Guimarães

Paulo Silva

Thais Moreira

PROJETO GRÁFICO

Suiá Taulois

TRATAMENTO DE IMAGENS

Adriana Medeiros

REVISÃO E TRADUÇÃO

Heloisa Barbosa

COORDENAÇÃO GERAL

Jurema Werneck

Nilza Iraci

Simone Cruz

APOIO

Fundação Ford



